

CONSTITUINTE

Mesa aguarda mais de três mil propostas

Mais de três mil propostas devem ser encaminhadas à Mesa da Constituinte até o próximo dia seis de maio, quando será encerrado o prazo para acolhimento, em plenário, de sugestões apresentadas pelos constituintes. A expectativa é de que a partir da própria semana o número de projetos a ser entregue aumente substancialmente, já que praticamente todos os constituintes deverão estar em Brasília trabalhando nas subcomissões.

Até a última quarta-feira, a secretaria geral da Constituinte acusou o recebimento de cerca de mil projetos de diversos constituintes. Nem todos os parlamentares apresentaram suas sugestões. O deputado Nelson Jobim (PMDB-RS), por exemplo, membro da Comissão de Sistematização, ainda não concluiu o seu projeto que prevê a criação de uma Corte Constitucional com supremacia sobre os demais tribunais, no trato de questões constitucionais.

Apesar de ter sido a Comissão mais disputada pelos constituintes de todos os partidos, depois da de Sistematização, a da Ordem Econômica não vem sendo procurada da mesma forma na apresentação de projetos. A maior parte das propostas está sendo destinada à subcomissão dos Direitos do Trabalhador e do Servidor Público. Segundo seu presidente, o deputado Geraldo Campos (PMDB-DF), já foram entregues pela secretaria geral da Mesa quase setenta projetos.

Outra subcomissão que conta com a preferência dos constituintes para a destinação de projetos é a de Tributos, Participação e Distribuição das Receitas. Já foram enviadas ao relator, deputado Fernando Bezerra Coelho (PMDB-PE), cerca de cinquenta propostas. Coelho e os vinte e um constituintes membros dessa subcomissão, a mais importante da Comissão do Sistema Tributário, terão de analisar e aprovar um parecer modificando as atuais regras do jogo e promovendo uma ampla reforma tributária. Todos os projetos entregues versam sobre fórmulas para essa reformulação da destinação de divisão de tributos entre União, estados e municípios.

A subcomissão dos Direitos e Garantias Individuais vem em terceiro lugar na preferência dos constituintes, com 35 projetos, seguida pela do Poder Legislativo, com 32.

Importantes subcomissões, como a do Sistema Eleitoral, Princípios Gerais e Intervenção do Estado na Atividade Econômica, e a do Poder Executivo, não devem ter de analisar muitas propostas de fora. As que forem apresentadas têm caráter genérico sobre os temas em discussão, e o parecer do relator será elaborado muito mais em razão das discussões e do posicionamento dos membros dessas subcomissões.

Tributos, tema mais discutido

A reforma tributária constituiu-se numa das principais preocupações dos constituintes de todos os partidos, que vêm sendo pressionados nesse sentido pelos governadores e prefeitos. Cada um dos parlamentares acredita ser dono da fórmula ideal de redistribuição das arrecadações que poderão aliviar os cofres estaduais e municipais. Entretanto, são poucos a se lembrarem que com a reforma tributária, a União terá de repassar encargos por ela executados nas áreas de saúde, segurança e educação.

O deputado Inocêncio Oliveira, do PFL pernambucano, não defende apenas a reforma tributária. Quer ainda acabar com as dívidas dos municípios, contraídas junto à Previdência Social. Nesse sentido apresentou proposta concedendo anistia aos municípios. Entre as mais de mil propostas encaminhadas a Mesa da Constituinte, algumas não têm lugar numa Constituição uma vez que são matérias de legislação ordinária. Contudo, devido ao desconhecimento ou à necessidade de atender a compromissos eleitorais, alguns constituintes empenharam-se em apresentar sugestões à Constituinte dessa natureza. Justificam sua posição, argumentando que nas Disposições Transitórias, há lugar para tudo.

Justiça Agrária

O deputado Sarney Filho (PFL-MA), primogênito do presidente José Sarney, vai defender uma das proposições de seu pai que não foi aprovada no ano passado pelo Congresso. É a criação da Justiça Agrária, que integrava o pacote anti-violência enviado ao Congresso no ano passado pelo governo. Bem redigida, a proposta de Sarney Filho vai além do projeto do presidente que apenas instituía a Justiça Agrária. A proposição do deputado institui e estipula o alcance e as formas de atuação desse foro especial.

ANC 88
Pasta 16 a 23
Abril/87
030